



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2019

PROCESSO Nº 1120/2019

EDITAL

O Município de Ijuí – Poder Executivo, através da Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, torna pública a realização da seguinte licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo **menor preço**, que será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 (e alterações posteriores) e no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 (e alterações posteriores) e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria, cujos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação e à proposta será recebido na sala de Licitações da Coordenadoria de Compras (COPAM), localizado na Rua do Comércio, número 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, **no dia 23/10/2019 às 13h45min**, quando será processada e julgada.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de serviços para manutenção da iluminação pública e instalação de luminárias LED na área urbana e rural do município pelo período de 12 meses.

1.1.1 A empresa adjudicatária deverá executar os serviços de acordo com as especificações técnicas elencadas na Requisição interna nº 240/2019 – SMODUTRAN (Anexo VIII deste edital).

1.2 Da requisição interna:

Requisição
1.086/2019



Requisição Interna
11-240-2019

2 DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA DO CRÉDITO

2.1 A despesa desta licitação correrá pelo seguinte crédito:

Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Trânsito	
11		
Unidade	Coordenadoria de Obras Urbanas	
1102		
Função	Urbanismo	
15		
Sub-função	Serviços Urbanos	
452		
Programa	Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana	
112		
Projeto/Atividade	Manutenção da Iluminação Pública (SMODUT)	
2 102		
Despesa	Código fonte de recurso	Nome fonte de recurso
8736	1202	Contribuição para Custeio do Serviço de
Categoria econômica	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	
339039050000		

3 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1 Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação a presente licitação ou impugnar o edital, em conformidade com o disposto no art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 3.2 As licitantes que tiverem eventuais dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos deste edital e seus anexos deverão encaminhar pedido de esclarecimento ou impugnação à Coordenadoria de Compras (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000.
- 3.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser encaminhado, também através do e-mail copam.editalis@ijui.rs.gov.br, não eximindo o interessado do encaminhamento do pedido original, para que este conste nos autos do processo licitatório, em conformidade com o disposto no item 3.2 deste edital.
- 3.3 Quando o acolhimento do esclarecimento ou impugnação implicar a alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas será, então, designada nova data para a realização desta licitação.
- 3.4 A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não obstará sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1 Poderão participar desta licitação os interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as exigências para cadastramento até o dia **18/10/2019**, ou seja, o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, ou primeiro dia subsequente, em atendimento ao disposto no art. 110, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.2 Poderão participar desta licitação, os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste procedimento licitatório e em seus anexos.
- 4.3 Estarão impedidos de participar da presente licitação:
- a) os interessados suspensos do direito de licitar com a Administração Municipal de Ijuí/RS, no prazo e nas condições do impedimento;
 - b) os interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Municipal, Estadual ou Federal;
 - c) as empresas constituídas na forma de consórcio;
 - d) os enquadrados no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93 e alterações.
- 4.4. Recomenda-se a leitura integral e acurada deste Edital, pois a apresentação de proposta implica aceitação tácita dos seus termos, tendo em vista a decadência do direito de impugnação, não cabendo à licitante alegação de desconhecimento das normas que regem o presente certame e a contratação.

5 DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1 A licitante poderá ser **representada** por seu representante legal, mediante a apresentação do ato constitutivo em vigor da licitante (registro comercial, no caso de empresário individual; contrato ou estatuto social da licitante, no caso de sociedades empresárias, onde conste a indicação de seus sócios e/ou responsáveis pela administração desta, acompanhada da ata de eleição da diretoria, e se tratando de sociedade anônima), observando o disposto no item 7.2 deste edital.
- 5.2 O **credenciamento** do representante que não seja o representante legal da licitante será feito mediante a apresentação do ato constitutivo em vigor da licitante (registro comercial, no caso de empresário individual; contrato ou estatuto social da licitante, no caso de sociedades empresariais, onde conste a indicação de seus sócios e/ou responsáveis pela administração desta, acompanhada da ata de eleição da diretoria, e se tratando de sociedade anônima), observado o disposto no item 7.2 deste edital, e procuração com firma reconhecida, que conceda poderes para representação e prática de qualquer ato relativo a licitações.
- 5.3 O **credenciamento** é necessário somente para licitante presente na sessão da licitação.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 5.4 Será admitido apenas um representante por licitante, que deverá estar portando documento de identidade, para sua identificação pela Comissão de Licitações, não sendo admitido a representação de mais de um licitante pelo mesmo representante.

6 DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

- 6.1 Para participar da licitação o interessado deverá apresentar os documentos a seguir relacionados em 02 (dois) envelopes, lacrados e identificados, em sua parte externa, com as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01 (HABILITAÇÃO)	ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA)
MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS – PODER EXECUTIVO TOMADA DE PREÇO Nº 49/2019 SESSÃO DE PREGÃO: 23/10/19 HORÁRIO: 13h45min ENVELOPE Nº 01 (HABILITAÇÃO) RAZÃO SOCIAL COMPLETA E SEM ABREVIACÕES DO LICITANTE ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE TELEFONE E E-MAIL DO LICITANTE	MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS – PODER EXECUTIVO TOMADA DE PREÇO Nº 49/2019 SESSÃO DE PREGÃO: 23/10/19 HORÁRIO: 13h45min ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA) RAZÃO SOCIAL COMPLETA E SEM ABREVIACÕES DO LICITANTE ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE TELEFONE E E-MAIL DO LICITANTE

- 6.2 Os envelopes contendo a documentação relativa a habilitação e à proposta serão recebidos no dia 23/10/19 às 13h45min na Sala de Licitações da Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000.
- 6.3 A licitante que não participar da sessão de abertura da licitação deverá protocolar os envelopes no Setor de Protocolo da Copam, localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, até as 13h45min do dia 23/10/19.
- 6.4 Os envelopes remetidos via serviço postal deverão ser endereçados à Coordenadoria de Compras (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000 e serão recebidos, impreterivelmente, até as 13h45min do dia 23/10/19, a fim de ser procedido o protocolo dos envelopes no setor indicado.
- 6.5 A licitante que remeter os envelopes via serviço postal, assumirá os riscos de problemas ou defeitos que porventura impossibilitem a entrega tempestiva dos envelopes.
- 6.6 A conferência e apresentação da documentação de ambos os envelopes (Habilitação e Proposta) é de responsabilidade **exclusiva** da licitante.
- 6.6.1 A ausência de quaisquer dos documentos elencados nos itens 7 e 8 deste edital enseja a inabilitação/desclassificação do licitante.
- 6.7 Deverá ser entregue, **preferencialmente** e fora de qualquer um dos envelopes relacionados nos itens 7 e 8 deste edital, a Ficha cadastral devidamente preenchida (Anexo V deste edital).

7 DA HABILITAÇÃO

- 7.1 Para participar da presente licitação os interessados deverão apresentar as seguintes documentações relativas à habilitação:
- 7.1.1 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:
- a) Registro comercial em caso de empresa individual, quando for o caso;
 - b) Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor, devidamente registrado na Junta comercial, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores, ou outra documentação, nos termos do art. 28 da Lei Federal nº 8.666/93;
 - c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou;



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL** consistirá em:

- a) Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição do licitante no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de abertura da licitação, para com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de abertura da licitação, para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de abertura da licitação, para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de abertura da licitação, relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de abertura da licitação, relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.1.3 A documentação relativa à **REGULARIDADE TRABALHISTA** consistirá em:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452/1943.

7.1.4 A documentação relativa a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

- a) Prova do registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente, compatível com o objeto licitado;
- b) Declaração formal da licitante, sob as penas cabíveis e conforme o modelo contido no Anexo IV deste edital, indicando o responsável técnico (no mínimo Eletrotécnico) que assumirá a responsabilidade técnica pela execução do serviço objeto da licitação, com o devido registro na entidade profissional competente;
- c) Comprovante de equipe técnica com treinamento em NR 35 para executar serviços em altura, NR10 para serviços em eletricidade e o comprovante que atende o Anexo XII (Equipamentos de guindar para elevação de pessoas e realização de trabalho em altura);
- d) Laudo Técnico, emitido por Engenheiro da Segurança do Trabalho, referente à NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;
- e) Declaração assinada pelo representante legal da proponente, de que, disporá de pessoal técnico e equipamentos necessários para a execução dos serviços, de acordo com a legislação pertinente ao assunto.

7.1.4.1 No caso de duas ou mais licitantes apresentarem certidões de Registro de Pessoa Jurídica emitidas pela entidade profissional competente em que conste um mesmo profissional como responsável técnico, estas serão inabilitadas.

7.1.5 Declaração da licitante prevista no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/1993, conforme o modelo constante no Anexo I deste edital.

7.1.6 Declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade da economia mista, de acordo com o modelo contido no Anexo III deste edital.

7.2 Os documentos necessários a habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada no cartório competente ou por servidor de Administração ou publicação em órgão oficial.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 7.3 A licitante inscrita no Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Ijuí/RS poderá apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) em substituição aos documentos exigidos nos itens 7.1.1 a 7.1.2 deste edital.
- 7.3.1 Para emissão do Certificado de Registro Cadastral (CRC) a licitante deverá apresentar toda a documentação estabelecida no Decreto nº 2.609, de 28 de dezembro de 1999, observada a exigência indicada no item 7.2 deste edital.
- 7.3.2 A relação de documentos necessários para emissão do Certificado de Registro Cadastral (CRC) difere da documentação necessária à habilitação do licitante, podendo ser obtida exclusivamente através do e-mail contratos@ijui.rs.gov.br.
- 7.3.3 A licitante que apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) de acordo com o item anterior deverá apresentar declaração de que até data de abertura desta licitação inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação e participação nesta licitação, bem como da ciência quando a obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme o modelo no Anexo II deste instrumento convocatório.
- 7.4 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.
- 7.4.1 As cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior receita bruta até o limite previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06 e no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.
- 7.5 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 7.4, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- 7.5.1 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- 7.5.2 O prazo de que trata o item 6.7 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 7.5.3 A não regularização da documentação no prazo fixado no item 6.7 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.6 Os documentos apresentados no certame deverão possuir a mesma titularidade da licitante (pessoa jurídica e CNPJ), ou seja, todos os documentos de habilitação deverão estar em nome da mesma razão social e mesmo CNPJ.
- 7.7 A documentação de habilitação será apreciada em conformidade com as exigências deste edital e seus anexos.
- 7.7.1 Os documentos de habilitação deverão estar acompanhados de todas as alterações e/ou da consolidação respectiva, conforme o caso.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

7.7.2 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 01 (Habilitação) ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior.

8 DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá, obrigatoriamente:

- a) Obedecer à forma contida no formulário para preenchimento da proposta (Anexo VI deste edital) e observar todas as especificações técnicas elencadas na Requisição Interna nº 240/2019-SMODUTRAN (Anexo VIII deste edital);
- b) Conter o valor unitário por ponto e o valor total para 7.000 (sete mil) pontos ESTIMADOS por 12 (doze) meses;
- c) Ser preenchida através de processo mecanográfico;
- d) Conter a assinatura do responsável técnico pelo serviço e do responsável pela empresa, com a indicação do número do CNPJ.

8.2. A inobservância de qualquer das condições acima descritas (item 8.1) importará na desclassificação da proposta.

8.3. Não serão consideradas as propostas:

- a) Manuscritas ou contendo emendas, rasuras e/ou entrelinhas nos preços;
- b) Apresentadas após a abertura dos trabalhos;
- c) Que apresentarem preços acima dos praticados no mercado regional;
- d) Que não se ajustem às condições deste edital.

8.4 **Para composição do valor unitário e total para 7.000 (sete mil) pontos ESTIMADOS a serem executados durante o período de 12 (doze) meses, a licitante deverá observar os valores estimativos dispostos na Planilha de Custo anexa à Requisição Interna nº 240/2019-SMODUTRAN (Anexo VIII deste edital).**

8.5 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

9 DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

9.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste edital, após o recebimento dos envelopes, a Comissão de Licitações iniciará a fase de habilitação.

9.2 Após a abertura dos envelopes, os documentos nele contidos serão rubricados pela Comissão de Licitações e pelos representantes dos licitantes.

9.3 Após, a Comissão de Licitações decidirá sobre a habilitação dos licitantes.

9.4 Após a fase de habilitação não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, aceito pela Comissão de Licitações.

9.5 Os prazos para recursos obedecerão ao disposto no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.6 A licitante inabilitada não participará da fase de julgamento das propostas.

9.7 Em seguida a comissão abrirá o envelope contendo a proposta e apreciará o seu conteúdo, rubricando cada folha e colhendo rubricas dos representantes dos licitantes presentes.

9.8 A Comissão de Licitações procederá na verificação da conformidade da proposta apresentada pelo licitante habilitado com a observância dos seguintes critérios:

- a) Atendimento das especificações deste edital;
- b) Não consideração de quaisquer observações, apontamentos, opções ou condições não previstas no edital;
- c) Não admissão de propostas baseadas nas propostas de outros licitantes, redigidas em língua estrangeira ou contendo emendas, rasuras ou entrelinhas.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 9.9 As propostas desconformes ou incompatíveis com as exigências contidas no edital serão desclassificadas.
- 9.10 Feita a análise da conformidade das propostas com os requisitos do edital, a Comissão de Licitações classificará e julgará a proposta apresentada pelo licitante habilitado utilizando o critério do **Menor preço – Total do lote**.
- 9.10.1 Para fins de julgamento e classificação, o valor total proposto por Cooperativa de Trabalho será acrescido de 15 % (quinze por cento), sobre o valor da mão-de-obra ofertada face ao disposto no art. 22, inciso IV, da Lei Federal nº 8.212/91, alterada pela Lei Federal nº 9.876/99.
- 9.11 Poderão ser exigidas do licitante que apresentar preços reduzidos, informações complementares que evidenciem a exequibilidade das propostas, sem prejuízo da promoção de diligências, prevista no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.12 As propostas que apresentarem preços excessivos, manifestamente inexecutáveis ou incompatíveis com aqueles praticados no mercado serão desclassificadas.
- 9.13 Em caso de empate entre duas ou mais propostas e obedecido o disposto no art. 3º, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no item 9 deste edital, será realizado sorteio em sessão pública com a convocação de todos os licitantes após o decurso do prazo previsto no art. 109, I, "b" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.14 Na hipótese da interposição de recurso o sorteio ocorrerá após o julgamento deste
- 9.15 Encerrado o prazo previsto no item 6 deste edital não serão admitidos cancelamentos, retificações, alterações ou substituições de qualquer espécie nos documentos contidos nos envelopes apresentados.
- 9.16 Será julgado inabilitado ou desclassificado, conforme o caso, o licitante que apresentar documentos por "fac-símile", ilegíveis ou inseridos em envelopes trocados.
- 9.17 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitações fixará o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas da inabilitação e/ou desclassificação.
- 9.18 Das sessões públicas para recebimento e abertura dos envelopes e análise da documentação relativa à habilitação e à proposta dos licitantes serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todos os participantes e as ocorrências relevantes.
- 9.19 As impugnações dos licitantes deverão ser fundamentadas.
- 9.20 As atas deverão ser assinadas pelos membros da Comissão de Licitações e por todos os representantes dos licitantes credenciados presentes.

10 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 10.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 7.5 deste edital.
- 10.1.1 Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- 10.1.2 A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.
- 10.1.3 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;
 - b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 7.5 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item;
 - c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma dos itens anteriores.
- 10.3 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 10.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- 10.4 O disposto nos subitens 10.1 a 10.3 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do subitem 7.5 deste edital).
- 10.5 As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

11 DO CONTRATO

- 11.1 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para retirar e assinar o termo do contrato, cuja minuta consta no Anexo VII deste edital, contado a partir da data de sua intimação, que se fará pessoalmente, por meio de publicação no mural da Secretaria Municipal da Fazenda, envio de correspondência com Aviso de Recebimento ou por meio eletrônico.
- 11.2 O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação expressa do licitante, contendo a exposição circunstanciada do motivo.
- 11.3 O não atendimento do disposto no item 11.1 sujeitará o licitante às penalidades previstas na legislação e neste edital.
- 11.4 O não comparecimento do adjudicatário intimado autoriza a Administração a proceder na convocação dos licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.
- 11.5 O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, havendo correção com base na variação de índices gerais de preços, quando aplicável.
- 11.6 O contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses da Lei Federal nº 8.666/93.
- 11.7 **Para a assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar a seguinte documentação:**
- a) Cópia do Certificado de Registro de Veículo (CRV) em nome da empresa, ou contrato de locação comprovando que o veículo está em posse da mesma, e que o mesmo é apropriado para a execução adequada dos serviços.
 - b) Comprovação de que o responsável técnico indicado pela empresa tem vínculo profissional com a mesma, seja pela Carteira de trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços. Caso o profissional técnico indicado seja sócio ou diretor, a comprovação deverá ser feita através do Contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

12 DA EXECUÇÃO

- 12.1 Os serviços deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses após o recebimento da Ordem de Serviço pela empresa adjudicatária.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 12.2 Os serviços deverão ser executados conforme especificações técnicas elencadas na Requisição Interna nº 240/2019-SMODUTRAN (Anexo VIII deste edital).
- 12.3 O caminhão deverá ter cesto aéreo isolado com 406KVA de isolamento e capacidade de peso de até 250kg.
- 12.4 Na hipótese dos serviços contratados que não atenderem às especificações licitadas, o adjudicatário deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo determinado pela Secretaria Requisitante, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente adjudicado.

13 DO PAGAMENTO

- 13.1 Após a execução do objeto licitado e/ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo nº 5.753, de 15 de setembro de 2015.

- 13.1.1 A nota fiscal deverá trazer os seguintes dados cadastrais do Município de Ijuí:

Município de Ijuí

CNPJ: 90.738.196/0001-09

Inscrição Estadual: 065-0151348

Endereço: Rua Benjamin Constant, nº 429, Centro, Ijuí/RS – 98700-000

- 13.1.2 Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, obrigatoriamente, para o e-mail xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br.

- 13.2 O pagamento será realizado pelo Município de Ijuí/RS mediante depósito bancário em favor do adjudicatário, que indicará em formulário próprio, o nome da instituição, a localidade, o código da agência bancária e o número da conta corrente para que seja realizada a operação.

- 13.3 As informações referidas no item anterior deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, ficando o licitante obrigado a mantê-las atualizadas.

- 13.4 O(s) pagamento(s) somente será(ão) liberado(s), após a apresentação dos seguintes documentos, por parte da empresa adjudicatária:

- a) Nota fiscal, emitida em nome do Município de Ijuí/RS, dos serviços efetivamente executados contendo o número do empenho correspondente;
- b) Relatório, assinado pelo responsável técnico da empresa, contendo todos os pontos de luz consertados;
- c) Declaração contendo a relação dos empregados que efetivamente prestam serviço à contratante, com respectivo nº da CTPS;
- d) Comprovante de pagamento de salários dos empregados que prestam serviço à contratante, através de contracheque ou recibo de pagamento (referente ao mês anterior);
- e) GFIP com comprovante de envio (referente ao mês anterior);
- f) Comprovante de pagamento da guia de recolhimento do FGTS (referente ao mês anterior);
- g) Comprovante de pagamento da guia de recolhimento do INSS (referente ao mês anterior);
- h) Declaração quando não houver empregados e os serviços forem prestados somente pelo contratado;
- i) Comprovação da condição de associado (no caso de cooperativa), mediante a apresentação da cópia da ficha de matrícula ou da inscrição no livro matrícula, onde conste o número de sua inscrição, qualificação, e data de admissão;

- 13.4.1 A documentação mencionada no item 13.4 deverá ser conferida e rubricada pelo servidor fiscalizador do respectivo contrato.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 A aplicação das sanções administrativas regular-se-ão pelas condições previstas nos arts. 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, além de outras atinentes à espécie.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 14.2 A licitante ficará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:
- a) Advertência;
 - b) Multa correspondente:
 - b.1) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual ou forma de legislação pertinente;
 - b.2) À razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, contados a partir do prazo final de entrega prevista na Ordem de Serviço;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.3 As penalidades de advertência e multa poderão ser aplicadas cumulativamente.

14.4 O valor da multa será descontado do primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os créditos futuros pela diferença, se houver ou através de procedimento judicial apropriado.

14.5 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

15 DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento de seus termos ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

15.2 Para a apresentação das propostas, considerar as seguintes informações:

Descrição	Como fazer
Esclarecimentos, dúvidas ou impugnações	Encaminhar por via física ou através do e-mail copam.editais@ijui.rs.gov.br
Informações sobre o CRC (Certificado de Registro Cadastral)	Solicitar exclusivamente através do e-mail contratos@ijui.rs.gov.br

15.3 A presente licitação poderá ser anulada ou revogada, nas hipóteses previstas em lei, sem que os licitantes tenham direito a qualquer indenização, observado o disposto no art. 59 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.4 A adjudicatária deverá manter todas as condições de habilitação durante a execução do contrato.

15.5 As omissões desse certame serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 8.666/93.

15.6 A variação ou alteração que se fizer necessária no contrato, por variação de preço na compra ou por alteração no quantitativo da compra, será feita de acordo com o que dispõe o artigo 65 da Lei 8.666/93.

15.7 Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre esta licitação junto à Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, de segunda a sexta-feira, das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, pelo telefone (55) 3331-8219 ou no site www.ijui.rs.gov.br, no link "Licitações - Tomada de Preços".



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

15.8 A qualquer ato administrativo que implique alteração, revogação, anulação por ofício ou outro feito sobre o presente edital será conferida publicidade na forma da lei e disponibilizada no site www.ijui.rs.gov.br, no link "Licitações - Tomada de Preços".

16 ANEXOS

16.1 Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

Anexo I	Declaração prevista no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93
Anexo II	Declaração prevista no art. 32, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93
Anexo III	Declaração de não existência de servidor público no quadro societário
Anexo IV	Declaração prevista no art. 30, II da Lei Federal nº 8.666/1993
Anexo V	Dados cadastrais do licitante
Anexo VI	Formulário para preenchimento da proposta
Anexo VII	Minuta do contrato
Anexo VIII	Requisição interna nº 240/2019 - SMODUTRAN

Ijuí/RS, 03 de outubro de 2019

Assessoria Jurídica

Priscila Maurer Leviski
Diretora da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e
Administração de Materiais

Valdir Heck
Prefeito



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2019

PROCESSO Nº 1120/2019

ANEXO I

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 27, V DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2019

PROCESSO Nº 1120/2019

ANEXO II

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 32, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO LICITANTE>], CNPJ: [<Nº DO CNPJ DO LICITANTE>], ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>], declara sob as penalidades legais, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação e participação na licitação em epígrafe, bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2019

PROCESSO Nº 1120/2019

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO SOCIETÁRIO

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DA LICITANTE>], CNPJ: [<Nº DO CNPJ DA LICITANTE>], ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>], declara sob as penalidades legais, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2019

PROCESSO Nº 1120/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 30, II DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

LICITANTE: [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DA LICITANTE>]

CNPJ: [<Nº DO CNPJ DA LICITANTE>]

ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>]

CONTATO: [<NOME, TELEFONE, FAX E E-MAIL>]

Declaro, sob as penas cabíveis, que o(s) profissional(is) abaixo relacionado(s) será(ao) o(s) responsável(is) técnico(s) pela realização do objeto da presente licitação.

Nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s) (completo e sem abreviações)	Titulação	Nº Carteira (entidade profissional competente)	Nº Registro (entidade profissional competente)

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]

[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2019

PROCESSO Nº 1120/2019

ANEXO V

DADOS CADASTRAIS DO LICITANTE

DADOS GERAIS

RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
ATIVIDADE:	
CNPJ:	Caso for MEI deverá ser informado o nº PIS:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
OBJETO SOCIAL (de acordo com o ato constitutivo):	
ESTA EMPRESA É CADASTRADA EM ALGUM CONSELHO PROFISSIONAL? () SIM () NÃO SE SIM, QUAL(is) CONSELHO(s) E QUAL(is) Nº(s) DO(s) REGISTRO(s)?	

ENDEREÇO

PAÍS:	ESTADO:
MUNICÍPIO:	
RUA:	
Nº:	COMPLEMENTO:
BAIRRO:	CEP:
TELEFONE:	CELULAR:
FAX:	
E-MAIL:	SITE:
NOME DE PESSOA PARA CONTATO:	

DADOS BANCÁRIOS - Observações: O nome do titular da conta corrente deverá ser idêntico à Razão Social; Caso for conta bancária da Caixa Econômica Federal, favor informar a operação.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:	AGÊNCIA:	CIDADE:
OPERAÇÃO:	Nº DA CONTA:	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:	
CPF:	RG:
	ÓRGÃO EMISSOR:
PAÍS:	ESTADO:
MUNICÍPIO:	
RUA:	
Nº:	COMPLEMENTO:
BAIRRO:	CEP:
TELEFONE:	CELULAR:
FAX:	
E-MAIL:	
A REPRESENTAÇÃO LEGAL TEM PRAZO DE VIGÊNCIA? () SIM () NÃO SE SIM, ATÉ QUANDO IRÁ VIGORAR ESTA REPRESENTAÇÃO?	

[<LOCAL>], [<DATA>].
[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2019

PROCESSO Nº 1120/2019

ANEXO VI

FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

Lote	Item	Cód.	Qtd.	Und.	Descrição	Preço unitário por ponto (R\$)	Preço total para 7.000 pontos (R\$)
1	1	41774	7.000,00	UN	Contratação de serviços para manutenção da iluminação pública e instalação de luminárias LED na área urbana e rural do município pelo período de 12 meses, conforme especificações técnicas elencadas na Requisição Interna nº 240/2019 - SMODUTRAN (Anexo VIII deste edital).		
VALOR TOTAL DO LOTE:							

Observações:

1. Para composição do valor unitário e total para 7.000 (sete mil) pontos ESTIMADOS a serem executados durante o período de 12 (doze) meses, a licitante deverá observar os valores estimativos dispostos na Planilha de Custo anexa à Requisição Interna nº 240/2019-SMODUTRAN (Anexo VIII deste edital).
2. A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão pública.
3. O licitante declara-se ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e sua plena concordância com as condições constantes no edital, inclusive as especificações técnicas elencadas na Requisição Interna nº 240/2019 - SMODUTRAN (Anexo VIII deste edital).

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS>]

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2019

PROCESSO Nº 1120/2019

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Benjamin Constant nº 429, na cidade de Ijuí/RS, CNPJ nº. 90.738.196/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Sr. VALDIR HECK, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em Ijuí/RS, na Rua ..., nº ..., no Bairro ..., na cidade de Ijuí/RS, portador da cédula de identidade nº ... e inscrito no CPF nº ..., doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ..., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº ..., na rua ..., nº ..., no bairro ..., na cidade de ..., CEP: ..., telefone: ..., e-mail: ... neste ato representada por seu (Diretor, sócio-gerente, sócio proprietário, procurador, etc) Sr. ..., residente e domiciliado no Bairro ..., na rua ..., nº ..., na cidade de ..., CEP: ..., Telefone: ..., e-mail: ..., portador da cédula de identidade nº ..., e inscrito no CPF nº ..., doravante denominado de CONTRATADA, para execução do objeto constante na Cláusula Primeira deste instrumento.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante da TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2019 - PROCESSO Nº 1120/2019, regendo-se pela Lei Federal nº 8.666/93 e legislação pertinente, assim como pelas condições do contrato referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto é a contratação de serviços para manutenção da iluminação pública e instalação de luminárias LED na área urbana e rural do município pelo período de 12 meses.

PARÁGRAFO ÚNICO: A empresa CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as especificações técnicas elencadas na Requisição interna nº 240/2019 – SMODUTRAN (Anexo VIII do edital).

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO PREÇO**

O preço para o presente contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), sendo R\$ XXX (XXX) o valor unitário por ponto, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para total execução do presente objeto, conforme pedido de empenho de nº ... e empenho de nº ..., emitidos em .../.../....

**CLÁUSULA TERCEIRA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa desta licitação correrá pelo seguinte crédito:

Órgão		
11	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Trânsito	
Unidade		
1102	Coordenadoria de Obras Urbanas	
Função		
15	Urbanismo	
Sub-função		
452	Serviços Urbanos	
Programa		
112	Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana	
Projeto/Atividade		
2 102	Manutenção da Iluminação Pública (SMODUT)	
Despesa	Código fonte de recurso	Nome fonte de recurso



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

8736

1202

Contribuição para Custeio do Serviço de

Categoria econômica
339039050000

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

**CLÁUSULA QUARTA
DA EXECUÇÃO**

Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações técnicas elencadas na Requisição interna nº 240/2019 – SMODUTRAN (Anexo VIII do edital).

PARÁGRAFO ÚNICO: O caminhão deverá ter cesto aéreo isolado com 406KVA de isolamento e capacidade de peso de até 250kg.

**CLÁUSULA QUINTA
DOS PRAZOS**

Os serviços deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses após o recebimento da Ordem de Serviço pela empresa CONTRATADA.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, havendo correção com base na variação de índices gerais de preços, quando aplicável.

**CLÁUSULA SEXTA
DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto do presente contrato, estando de acordo com as disposições contidas no edital, nas cláusulas do Contrato e a legislação em vigor, será recebido em até 02 (dois) dias úteis, pelo Município de Ijuí, mediante emissão de laudo técnico pelo servidor designado para exercer a fiscalização de sua execução.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA não poderá protocolar a Nota Fiscal antes do recebimento do objeto por parte do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DO PAGAMENTO**

Após, a execução do objeto contratado ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º, e Parágrafo 3º, art. 8º, do Decreto Executivo Municipal nº 5.753, de 15 de setembro de 2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA somente poderá apresentar a nota fiscal, com o número de empenho e recurso (quando convênio) devidamente destacados, após a apresentação de laudo técnico de medição, expedido por engenheiro do CONTRATANTE em conformidades com o memorial descritivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA não poderá protocolar a nota fiscal antes do recebimento do objeto por parte da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela CONTRATADA, obrigatoriamente, para o e-mail xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br.

PARÁGRAFO QUARTO: O pagamento será realizado mediante depósito bancário em favor da CONTRATADA, que deverá indicar à instituição bancária, a agência, a localidade e a conta corrente para que seja realizada a operação correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO: O(s) pagamento(s) somente será(ão) liberado(s) após a apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal, emitida em nome do Município de Ijuí/RS, dos serviços efetivamente executados contendo o número do empenho correspondente;
- b) Relatório, assinado pelo responsável técnico da empresa, contendo todos os pontos de luz consertados;
- c) Declaração contendo a relação dos empregados que efetivamente prestaram serviço à contratante, com respectivo nº da CTPS;
- d) Comprovante do pagamento dos salários dos empregados que prestaram serviço à contratante, através de contracheque ou recibo de pagamento (referente ao mês anterior);
- e) GFIP com comprovante de envio (referente ao mês anterior);
- f) Comprovante de pagamento da guia de recolhimento do FGTS (referente ao mês anterior);
- g) Comprovante de pagamento da guia de recolhimento do INSS (referente ao mês anterior);



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

h) Declaração quando não houver empregados e os serviços forem prestados somente pelo contratado;

i) Comprovação da condição de associado (no caso de cooperativa) mediante apresentação da cópia da ficha de matrícula ou da inscrição no livro matrícula, onde conste o número de sua inscrição, qualificação e data de admissão.

PARÁGRAFO SEXTO: A documentação mencionada no parágrafo anterior deverá ser conferida e rubricada pelo servidor fiscalizador do respectivo contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A CONTRATANTE reterá um índice do valor bruto constante na nota fiscal de prestação serviços, conforme o enquadramento da empresa, e recolherá a importância retida até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da emissão, em nome da CONTRATADA, tudo em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de Novembro de 2009.

CLÁUSULA OITAVA
DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

DOS DIREITOS:

1.1 - Do Contratante:

1.1.1 Receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;

1.2 - Da Contratada:

1.2.1 Receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

DAS OBRIGAÇÕES:

2.1 - Do Contratante:

2.1.1 Efetuar o pagamento ajustado;

2.1.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

2.2. - Da Contratada:

2.2.1 prestar os serviços na forma ajustada;

2.2.2 cumprir com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda;

2.2.3 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

2.2.4 apresentar, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributários, fiscais e comerciais;

2.2.5 cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais e coletivos exigidos pela legislação;

2.2.6 assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução do presente contrato;

2.2.7 manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação, como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram;

2.2.8 todo pessoal em serviço deverá estar munido de equipamentos de segurança para o desempenho de suas tarefas, bem como a CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados as garantias e medidas indispensáveis à proteção e higiene do trabalho, de acordo com a legislação trabalhista;

2.2.9 prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente, mantendo no local dos serviços a supervisão necessária;

2.2.10 indicar, como responsáveis técnicos pela obra/serviço, o Sr. ..., ..., com registro no ... sob nº ... e, o Sr. ..., ..., com registro no ... sob nº ...;

2.2.11 responder por quaisquer transtornos, prejuízos ou danos pessoais e/ou materiais causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

CLÁUSULA NONA
DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal N.º 8.666/93, com as seqüências do artigo 80 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido de acordo com os artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão deste contrato implicará a retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicação de sanções administrativas regular-se-á pelas condições previstas nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e na forma definida no contrato, cuja minuta é parte integrante do presente instrumento convocatório, além de outras atinentes à espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA ficará sujeita, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa correspondente:

b.1) À 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual ou forma de legislação pertinente;

b.2) À razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As penalidades de advertência e multa poderão ser aplicadas cumulativamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor da multa será descontado do primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela a garantia oferecida e os créditos futuros pela diferença, se houver ou através de procedimento judicial apropriado.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA EFICÁCIA

O presente contrato somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O objeto será recebido e aceito após a sumária inspeção realizada pelos órgãos técnicos do Município de Ijuí/RS, podendo ser rejeitado case desatenda às especificações exigidas no edital;

A variação ou alteração que se fizer necessária no contrato, por alteração na meta física da obra, será feita de acordo com o que dispõe o artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

O Secretário(a) Sr(a). ... matrícula nº ... será o(a) **GESTOR(A)** do contrato, conforme determina o Decreto Municipal nº 5753/2015, de 15 de Setembro de 2015, em seu Artigo 2, inciso IV.

O servidor(a) ... matrícula nº ... será o(a) **FISCAL TÉCNICO** do contrato, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, em seu Artigo 67.

O servidor(a) ... matrícula nº ... será a(o) **FISCAL ADMINISTRATIVO(A)** do contrato, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, em seu Artigo 67.

Fica eleito o foro da Comarca de Ijuí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

Assim, por estarem as partes justas e contratadas, firma o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ijuí(RS), .../.../.....

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
CNPJ nº 90.738.196/0001-09
Valdir Heck
Prefeito
CPF nº
Contratante

Nome do Fornecedor
CNPJ N.º ...
Nome do Representante da Contratada
Sócio Proprietário
CPF nº ...
Contratada

TESTEMUNHAS



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 49/2019

PROCESSO Nº 1120/2019

ANEXO VIII

REQUISIÇÃO INTERNA Nº 240/2019 - SMODUTRAN

Requisição
1.086/2019

Requisição Interna
11-240-2019

O arquivo em PDF contendo este anexo encontra-se junto ao arquivo deste edital.

Ambos fazem parte do arquivo compactado baixado no site www.ijui.rs.gov.br, no link
“Licitações – Tomada de Preços”.



MUNICIPIO DE IJUÍ-PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, OBRAS E TRÂNSITO

REQUISIÇÃO INTERNA nº 240/2019 – SMODUTRAN

ÓRGÃO: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

UNIDADE: 11.02 - Coordenadoria de Obras Urbanas

AÇÃO: 2.102 – Manutenção da Iluminação Pública (SMODUTRAN)

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.05.00.00 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

CÓDIGO REDUZIDO: 8736

COPAM-RECEBIDO
23/09/2019
ASS. R

() Livre Vinculado (x): 1202 Banco: 3863

QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	Valor unitário	Valor total
4774	7.000	Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos profissionais na manutenção da Iluminação Pública no Município de Ijuí e instalação de luminária LED (área urbana e rural), em aproximadamente 7.000 pontos por ano. Conforme mais especificações em anexo.		

Destino: Serviços de Manutenção da Iluminação Pública e instalação de led, Urbana e Rural.
Credor:

Declaro que a ação de despesa requisitada está prevista no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária, com saldo de dotação na natureza de despesa no Orçamento do Órgão, bem como devidamente classificada, conforme codificação específica no SIAPC.

Ijuí, 19 de Setembro de 2019

Tatiele Fatima Miron
Matrícula nº 2139180
Emitente

Jair Antonio da Rosa
Secretário Requisitante

OBSERVAÇÕES	PREFEITO	COPAM
	<input checked="" type="checkbox"/> Deferido <u>Valdir Heck</u> Prefeito	<input type="checkbox"/> Indeferido Modalidade: <u>Tomada de Preço</u> Data: <u>21/09/2019</u> Assinatura/Carimbo

R. 1086/19
faca

PROE: 1120/19
T.P: 49/19

Município de Ijuí - Poder Executivo
Priscila Maurer Leviski
Diretora de Compras - Patrimônio
19 SET 2019

ANEXO REQUISIÇÃO INTERNA Nº 293/2019-SMODUTRAN

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
PROFISSIONAIS NA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IJUÍ
(ÁREA URBANA E RURAL)**

1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (EMPRESA A SER CONTRATADA):

- a) Indicação de responsável técnico (*no mínimo Eletrotécnico*) que assumirá a responsabilidade técnica pela execução do serviço objeto da licitação, com o devido registro na entidade profissional competente.
- b) Comprovação de que o responsável técnico indicado pela empresa tem vínculo profissional com a mesma, seja pela Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços. Caso o profissional técnico indicado seja sócio ou diretor, a comprovação deverá ser feita através do Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- c) Comprovante de equipe técnica com treinamento em **NR 35** para executar serviços em altura, **NR 10** para serviços em eletricidade e o comprovante que atende **Anexo XII** (Equipamentos de guindar para elevação de pessoas e realização de trabalho em altura)
- d) **NR 12** – Segurança no Trabalho em Maquinas e Equipamentos, através de **Laudo Técnico** emitido por um engenheiro de segurança.
- e) Declaração, assinada pelo representante legal da proponente, de que, se considerado adjudicatário do objeto da presente licitação, disporá de pessoal técnico e equipamentos necessários para a execução do serviço, de acordo com a legislação pertinente ao assunto.
- f) A empresa vencedora do certame, deverá apresentar para fins da assinatura do contrato, cópia do Certificado de Registro do Veículo (CRV) em nome da empresa, ou contrato de locação comprovando que o veículo está em posse da mesma, e que o mesmo é apropriado para a atividade do serviço objeto da licitação. Com braço de elevação de 13,5 metros de altura, e ano de fabricação do caminhão posterior a Ano/modelo 2013.
- g) O caminhão deverá ter cesto aéreo isolado com 406 KVA de isolamento e capacidade de peso de até 250 kg.

Obs.: Todos os documentos exigidos poderão ser apresentados em via original, cópia autenticada por tabelião ou servidor da Administração Municipal, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, de modo que aqueles obtidos por meio da internet ficam sujeitos a verificação.

2. OBJETO:

Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos profissionais na manutenção da Iluminação Pública e instalação de LED no Município de Ijuí (área urbana e rural), em aproximadamente 7.000 pontos por ano..

2.1. Pontos de luz:

A manutenção pode abranger, por ponto de luz, a troca de um componente elétrico ou mais de um, sendo estes reatores, lâmpadas, suporte de lâmpadas, relés fotoelétricos e bases para relés fotoelétricos.

a. Coordenação das tarefas a serem laboradas:

- A Empresa contratada ficará subordinada a Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal.
- Os pontos de luz a serem consertados serão fornecidos por esta secretaria.
- Os pontos de instalação de LED serão oferecidos pela Smodutran.
- Todos os componentes elétricos que serão necessários para a realização dos consertos serão fornecidos pela Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal.
- Após cada período mensal de consertos laborados, a Empresa contratada deverá fornecer ao órgão acima referido a relação de todos os pontos de luz consertados conforme atribuídos a ela (em forma de relatório, devidamente assinado pelo eletrotécnico responsável técnico da empresa) e deve fornecer no relatório a quilometragem percorrida que for percorrida ao longo do mês, entregando todos os componentes elétricos que foram substituídos, permitindo deste modo averiguar a veracidade da troca de equipamentos através da comparação entre equipamentos elétricos fornecidos e recolhidos.
- A Empresa contratada deverá fornecer à Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal o número telefônico do morador mais próximo do ponto de luz consertado, a fins de facilitar a confirmação de que o serviço foi devidamente prestado, ou ainda a Secretaria poderá fazer a verificação dos serviços in loco.
- Para os serviços laborados, a garantia mínima não deverá ser inferior a UM mês, contados a partir da data da efetiva realização do mesmo. Caso toda ou qualquer parte dos serviços realizados estiver em desacordo com as normas técnicas específicas, a Empresa contratada deverá refazê-los imediatamente.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Trânsito

Ilmo. Secretario

Sr. Jair Antonio da Rosa

Nesta

Memorando 39/2019 – Engenharia SMED

Ijuí, 18 de setembro de 2019.

Senhor Secretário

Na oportunidade em que cumprimentamos cordialmente, temos a encaminhar estudo para definição do preço de referencia para prestação de serviço de manutenção dos pontos de iluminação pública no município de Ijuí/RS na área rural e urbana.

Acompanham este memorando os seguintes documentos:

1. Planilha de Custos para Serviço de Manutenção da Iluminação Pública Rural e Urbana – Ijuí/RS;
2. Metodologia: Planilha de Custos de Serviço de Manutenção da Iluminação Pública Rural e Urbana;
3. Anexo 1 - Detalhamento dos Encargos Sociais;
4. Anexo 2 – EPI's para Eletricista;
5. Anexo 3 – EPI's para a Motorista;
6. Anexo 4 - Ferramentas para Eletricista;
7. Anexo 5 - Equipamentos de Proteção Coletiva;
8. Anexo 6 em Cópia Digital - Relatório de Tempo e Distancia em Atendimento de Serviços de Manutenção da Iluminação Pública em Ijuí realizados pelo DEMEI entre Jan/2018 a Set/2019;
9. Anexo 7 – Orçamentos;

Diante do exposto o valor monetário estimado para ser pago referente a manutenção de um ponto de luz é de R\$36,82, independente da quantidade de componentes elétricos substituídos, concertos efetuados ou da localização do ponto de luz, conforme apresenta-se no quadro abaixo:

Componentes de Despesas	
Despesas de Pessoal e Equipamentos de Proteção	R\$ 9.614,25
Composição da Frota	R\$ 5.746,27
BDI	R\$ 2.758,06
Tributos	R\$ 1.085,00
Valor Total do Serviço (R\$/Mês)	R\$ 19.203,58
Quantidade Estimada de Atendimentos (Qtde Pontos /Mês)	521,52
Valor por Atendimento (R\$/Ponto)	R\$ 36,82

Fonte: Planilha de Custos para Serviço de Manutenção da Iluminação Pública Rural e Urbana – Ijuí/RS.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO

Para o processo de licitação solicita-se que as empresas participantes definam sua proposta, distribuindo os valores conforme os itens apresentados abaixo. O detalhamento possibilitará uma melhor avaliação das propostas encaminhadas, bem como, o uso das informações para estimar possíveis aditivos e/ou glosas de contrato.

Componentes de Despesas	Valor/Mês
Despesas de Pessoal e Equipamentos de Proteção	
Composição da Frota	
BDI	
Tributos (*)	
Valor Total do Serviço (R\$/Mês)	
Produtividade Mensal (Qtde Pontos /Mês)	
Valor por Atendimento (R\$/Ponto) (**)	

(*) Para o cálculo de tributos utiliza-se a seguinte fórmula;

$$\text{Tributos} = (\text{Despesas de Pessoal e Equipamentos de Proteção} + \text{Composição da Frota} + \text{BDI}) / (100\% - 5,65\%) \times 5,65\%;$$

(**) Valor por Atendimento = Valor Total do Serviço / Produtividade Mensal

Por fim ressalta-se que o trabalho entregue refere-se somente a elaboração do estudo, sendo que a execução e a fiscalização do serviço ficarão a cargo do fiscal de contrato definido pela SMODUTRAN, o qual será responsável pelo acompanhamento e recebimento do serviço contratado.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Jussiano R. Pacheco
MATRÍCULA 1955020

Matias S. Feil
MATRÍCULA 2257467



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, OBRAS E TRÂNSITO
PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL E URBANA - IJUÍ/RS

Cod.	Componentes	Fonte de Informação	Valor Mensal ou Unidade de serviço
A1	Jornada de Trabalho Mensal - Eletricista e Motorista (Horas/Mês)	8 horas/dia x 5 dias/semana	200
A2	Jornada de Trabalho Mensal - Eletrotecnico	4 horas/semana	20
A3	Salário Motorista (mensalista) - 220 horas/mês	SINAPI - Preços de Referencia 07/2019 - Insumos - Rio Grande do Sul (Sem Encargos Sociais) - Código 40992	R\$ 2.281,67
A4	Salário Eletrotecnico (Mensalista) - 220 horas/mês	SINAPI - Preços de Referencia 07/2019 - Insumos - Rio Grande do Sul (Sem Encargos Sociais) - Código 40922	R\$ 2.293,95
A5	Salário Eletricista (Mensalista) - 220 horas/mês	SINAPI - Preços de Referencia 07/2019 - Insumos - Rio Grande do Sul (Sem Encargos Sociais) - Código 40918	R\$ 1.753,39
A6	Periculosidade - Eletricista	Nr 16 - Atividades e Operações Perigosas	30,00%
A7	Periculosidade - Eletrotecnico	Nr 16 - Atividades e Operações Perigosas	0,00%
A8	Periculosidade - Motorista	Nr 16 - Atividades e Operações Perigosas	0,00%
A9	Encargos Sociais	SINAPI - A partir de 10/2018 - Encargos Sociais sobre a Mão de Obra de Mensalista no Rio Grande do Sul (Não Desonerado)	70,28%
A10	Tarifa Transporte (R\$/Viagem)	Medianeira Transportes Ijuí Ltda - http://www.medianeiratransporte.com.br/publicacao-144-destaque.fire	R\$ 3,50
A11	Taxa Mínima - Vale Transporte (%)	Lei nº 7.418, de 16 de Dezembro de 1985.	6%
A12	Vale alimentação (R\$/Mês)	SINAPI - Preços de Referencia 07/2019 - Insumos - Rio Grande do Sul (Sem Encargos Sociais) - Código 40862	R\$ 186,40
A13	Epi - Família Eletricista - Mensalista	Anexo 2	R\$ 176,60
A14	Ferramentas - Família Eletricista - Mensalista	Anexo 4	R\$ 103,26
A15	Epi - Motorista - Mensalista	Anexo 3	R\$ 123,35
A16	Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's)	Anexo 5	R\$ 545,49
A17	Custo Caminhão (VW 8-160 E Delivery) - Zero Km	Pesquisa Preço Médio de Veículos/FIPE - Cód. 515132-5 - Agosto/2019	R\$ 154.500,00
A18	Custo Carroceria - Novo	Orçamento TKA Guindastes - Carroceria Aberta com Cesto Aereo	R\$ 121.000,00
A19	Total Depreciação (a. a.)	Considerando valor residual de 20% e 10 anos de Vida Útil. Tx Deprec.= (100% - 20% VR)/10 VU	8,00%
A20	Total Remuneração de Capital (% a. a.)	Meta Taxa Selic - Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil	6%
A21	Custo de manutenção (% a. a.)	Tabela A.VII.2: valores do coeficiente para cada faixa etária de veículos - Veículos de 0 a 2 anos - CUSTOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO POR ÔNIBUS - MÉTODO DE CÁLCULO (Agosto de 2017)	6%
A22	IPVA (% s/ valor Veiculo)	LEI ESTADUAL Nº 8.115, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1985 - Art. IX - Inciso IV	1%



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, OBRAS E TRÂNSITO PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL E URBANA - IJUÍ/RS

A23	Seguro obrigatório (DPVAT)	Seguro DPVAT 2019 - Seguradora Lider - Categoria 10	R\$ 16,77
A24	Taxa de expedição do documento (CRLV)	Portaria DETRAN/RS Nº 31 DE 24/01/2019	R\$ 87,42
A25	Quilometragem Rodada (Km/Atendimento)	Anexo 6	1,30
A26	Valor Combustível (R\$/Litro)	Síntese dos Preços Praticados ANP - IJUÍ - Diesel S10 - Período: De 25/08/2019 a 31/08/2019	R\$ 3,47
A27	Coefficientes de consumo de Combustível	Geipot (0,35 < c < 0,39)	0,35
A28	Coefficiente de consumo de lubrificantes	Geipot (0,04 < c < 0,06)	0,04
A29	Pneu Novo (215/75r17.5)	Pneu Ling Long 215/75 R17.5 - Orçado por Borracharia Hubert LTDA	R\$ 730,00
A30	Pneus Recapados	Recapagem Pneu 215/75 R17.5 - Liso - Orçado por Posto do Ganso	R\$ 380,00
A31	Número de Recapagens	Geipot	2,00
A32	Vida útil pneus	Geipot (85.000 < c < 125.000)	85.000,00
A33	Taxa de Despesas Administrativas (%)	Orientação Técnica – Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares - Tce-Rs; 2º Ed.; 2019.	5%
A34	Seguros/Riscos/Garantias	Orientação Técnica – Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares - Tce-Rs; 2º Ed.; 2019.	1%
A35	Taxa de Lucro (%)	Orientação Técnica – Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares - Tce-Rs; 2º Ed.; 2019.	10,85%
A36	PIS (%)	Orientação Técnica – Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares - Tce-Rs; 2º Ed.; 2019.	0,65%
A37	COFINS (%)	Orientação Técnica – Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares - Tce-Rs; 2º Ed.; 2019.	3,00%
A38	Imposto Sobre Serviço - ISS (%)	Código Tributário Municipal: Conforme Lei Nº 2954/1993	2,00%
A39	Média de Dias Úteis Trabalhados (Dias/Mês)	(365 dias ano / (7 dias semana x 12 meses)) * 5 dias de trabalho por semana	21,73
A40	Dias Úteis Trabalhados Eletrotécnico (Dias/Mês)	20 horas mes / 8 horas dia	2,50
A41	Tempo Médio de Atendimento (Minutos/Ponto)	Anexo 6	20,00

Despesas de Pessoal e Equipamentos de Proteção

Motorista

B1	Tempo de Trabalho (Horas de Trabalho/Mês)		Valor/Mês
B2	Salário (R\$/Mês)	A1	200,00
B3	Adicional Periculosidade (R\$/Mês)	A3/220 x B1	R\$ 2.074,24
B4	Encargos Sociais (R\$/Mês)	B2 x A8	R\$ 0,00
B5	Custo Efetivo em Vale Transporte (R\$/Mês)	(B2 + B3) x A9	R\$ 1.457,78
B6	Vale Alimentação (R\$/Mês)	A39 x A10 x 4 - (B2 x A11)	R\$ 179,77
B7	EPI's (R\$/Mês)	A12	R\$ 186,40
B8	Total Remuneração por Trabalhador (R\$/Mês)	A13	R\$ 123,35
		B2+B3+B4+B5+B6+B7	R\$ 4.021,53



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, OBRAS E TRÂNSITO PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL E URBANA - IJUÍ/RS

Eletricista

		Valor/Mês
B9	Tempo de Trabalho (Horas de Trabalho/Mês)	A1
B10	Salário (R\$/Mês)	$A5/220 \times B9$
B11	Adicional Periculosidade (R\$/Mês)	$B10 \times A6$
B12	Encargos Sociais (R\$/Mês)	$(B2 + B3) \times A9$
B13	Custo Efetivo em Vale Transporte (R\$/Mês)	$A39 \times A10 \times 4 - (B10 \times A11)$
B14	Vale Alimentação (R\$/Mês)	A12
B15	EPI's (R\$/Mês)	A13
B16	Ferramentas (R\$/Mês)	A14
B17	Total Remuneração por Trabalhador (R\$/Mês)	$B10+B11+B12+B13+B14+B15+B16$
		R\$ 4.203,37
Eletrotécnico		
B18	Tempo de Trabalho (Horas de Trabalho/Mês)	A2
B19	Salário (R\$/Mês)	$A4/220 \times B18$
B20	Adicional Periculosidade (R\$/Mês)	$B2 \times A8$
B21	Encargos Sociais (R\$/Mês)	$(B2 + B3) \times A9$
B22	Custo Efetivo em Vale Transporte (R\$/Mês)	$A40 \times A10 \times 4 - (B19 \times A11)$
B23	Vale Alimentação (R\$/Mês)	A12
B24	EPI's (R\$/Mês)	A13
B25	Ferramentas (R\$/Mês)	A14
B26	Total Remuneração por Trabalhador (R\$/Mês)	$B19+B20+B21+B22+B23+B24+B25$
		R\$ 843,85
B27	EPC'S	A16
B28	Total Mensal da Remuneração (R\$/Mês)	$B8+B17+B26 + B27$
		R\$ 9.614,25

Composição da Frota

Custos Fixos

		Valor
C1	Valor Total do Veículo (R\$)	$A17 + A18$
C2	Valor do Veículo - Sem Pneus (R\$)	$C1 - A29 \times 6$
C3	Depreciação (R\$/Mês)	$C2 \times A19 / 12$
C4	Remuneração (R\$/Mês)	$C2 \times A20 / 12$
C5	Manutenção (R\$/Mês)	$C2 \times A21 / 12$
C6	IPVA (R\$/Mês)	$A22 \times C1 / 12$
C7	Seguro obrigatório - DPVAT (R\$/Mês)	$A23 / 12$
C8	Taxa de expedição do documento - CRLV (l)	$A24 / 12$
C9	Total Custos Fixos (R\$/Mês)	$C3+C4+C5+C6+C7+C8$
		R\$ 4.756,93

Custos Variáveis

C10	Quilometragem Rodada Estimada (Km /Mês)	$((8 \times 60 \times A39) / A41) \times A25$
C11	Custo Combustível (R\$/Mês)	$C10 \times A27 \times A26$
C12	Custo Rodagem (R\$/Mês)	$(A29+A31 \times A30) \times 6 \times (C10/A32)$
C13	Custo de Lubrificante (R\$/Mês)	$C10 \times A28 \times A26$
C14	Total Custos Variáveis (R\$/Mês)	$C11+C12+C13$
		R\$ 989,34
C15	Total Composição da Frota (R\$/Mês)	$C9 + C14$
		R\$ 5.746,27

BDI

		Valor
D1	Taxa de Despesas Administrativas (%)	A33
D2	Seguros/Riscos/Garantias	A34
D3	Taxa de Lucro (%)	A35
D4	Total BDI (%)	$((1+D1+D2) \times (1+D3) - 1)$
D5	Total BDI (R\$/Mês)	$(C15 + B28) \times D4$
		R\$ 2.758,06




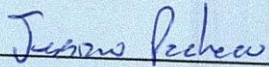
MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, OBRAS E TRÂNSITO
PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL E
URBANA - IJUÍ/RS

Tributos			
E1	ISS		Valor
E2	PIS	A19	2,00%
E3	COFINS	A20	0,65%
E4	Alíquota Total	A21	3,00%
		E1 + E2 + E3	5,65%
E5	Total de Tributos (R\$/Mês)	(B28+C15+D5) / (100% - E4)) x E4	
			R\$ 1.085,00

Resumo			
F1	Despesas de Pessoal e Equipamentos de Proteção	B28	R\$ 9.614,25
F2	Composição da Frota	C15	R\$ 5.746,27
F3	BDI	D5	R\$ 2.758,06
F4	Tributos	E5	R\$ 1.085,00
F5	Valor Total do Serviço (R\$/Mês)	F1 + F2 + F3 + F4	R\$ 19.203,58
F6	Quantidade Estimada de Atendimentos (Qtde Pontos /Mês)	(8 x 60 x A39) / A41	521,52
F7	Valor por Atendimento (R\$/Ponto)	F5 / F6	R\$ 36,82

Ijuí/RS, 18 de setembro de 2019


MATIAS SAUSEN FEIL
MATRÍCULA 1955020


JUSSIANO REGIS PACHECO
MATRÍCULA 2257467

METODOLOGIA – PLANILHA DE CUSTOS DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL E URBANA – IJUI/RS

O presente documento tem por finalidade descrever a metodologia utilizada para o cálculo do preço do ponto de manutenção na iluminação pública da cidade de Ijuí, assim como os critérios utilizados na mesma.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção da rede de iluminação pública de Ijuí, abrangendo a zona urbana e rural do município.

DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS: Compõem o escopo do da planilha a execução dos seguintes serviços, determinados pela SMODUTRAN: Deslocamento horizontal da equipe para chegar ao ponto de atendimento; deslocamento vertical da equipe no ponto de atendimento (poste); substituição de lâmpadas por componentes semelhantes; substituição de reator por componente semelhante; substituição de relé fotoelétrico por componente semelhante; substituição de base de relé fotoelétrico por componente semelhante; substituição de luminárias; substituição de globos de luminárias danificadas em praças e espaços públicos; fixação da base do relé pendente; limpeza do difusor da luminária; instalação de difusor na luminária; fixação de difusor pendente; alinhamento do corpo da luminária; alinhamento do braço da luminária; substituição da porta-lâmpada; substituição do braço do ponto de iluminação; substituição da cinta de fixação do braço da luminária; substituição de parafusos e porcas das cintas de fixação do braço da luminária; fixação de cinta de fixação do braço da luminária que esteja pendente; substituição de componentes de iluminação convencional por LED; além de outros serviços correlatos à manutenção de pontos de iluminação pública; Cabe ressaltar que a contratação refere-se a execução do serviço. Todos os custos referentes aos materiais elétricos serão fornecidos pelo município.

DEFINIÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO: Para a realização dos serviços acima descritos definiu-se uma equipe formada por 1 Motorista de caminhão e 1 Eletricista realizando uma jornada de trabalho de 200 horas mensais, sendo 8 horas por dia e 5 dias por semana, além de 1 eletrotécnico como responsável pelos serviços, com carga horária de 20 horas/mês.

CONCEITO: A planilha de custos tem o objetivo de determinar o valor a ser pago por ponto de atendimento, a partir da estimativa dos custos mensais com pessoal, frota, despesas indiretas e tributos, utilizando como premissa a produtividade mensal de uma equipe, trabalhando exclusivamente na realização dos atendimentos de manutenção. A ideia de utilizar o conceito de ponto se justifica pela grande variedade na demanda de atendimento e visa remunerar a empresa pelos serviços efetivamente prestados ao município. A planilha foi elaborada de forma auto-explicativa com a indicação de todas as fontes de insumos e coeficientes utilizados para composição dos custos, além de todas as fórmulas de cálculo. O valor resultante refere-se a valor médio para a manutenção de um ponto de luz, independente da quantidade de componentes elétricos substituídos, concertos efetuados ou da localização do ponto de luz.

CUSTOS DE OPERAÇÃO:

PESSOAL: Equipe formada por três profissionais: um motorista, responsável pelo deslocamento horizontal da equipe para chegar ao ponto de atendimento e para retorno a garagem da empresa; um eletricista, responsável pelo deslocamento vertical ao ponto de atendimento e pela execução dos serviços de manutenção na rede de iluminação pública; e um eletrotécnico, responsável em orientar e coordenar a execução dos serviços. Para o salário de cada profissional foi adotado o valor de referência do SINAPI para o estado do Rio Grande do



Sul, acrescido pelos encargos sociais, ferramentas, equipamentos de proteção e demais direitos trabalhistas, conforme indicado no corpo da planilha de custos. Por desempenhar um trabalho integral com linhas de distribuição de energia adotou-se uma periculosidade de 30% para o eletricista. Como a função do motorista é restrita ao deslocamento do veículo, não se adotou periculosidade à função. O mesmo foi adotado para o eletrotécnico que, por ter uma carga horária reduzida, possui exposição eventual ao risco, não configurando, portanto, direito à periculosidade.

FROTA: Para a realização dos serviços adotou-se um caminhão com carroceria aberta equipado com cesto aéreo. Os custos da frota dividem-se em custos fixos e variáveis. Os fixos são formados pela remuneração do investimento, depreciação, encargos do veículo e manutenção. Já os variáveis são compostos pelos custos de combustível, lubrificantes e rodagem.

Para a determinação da quilometragem média rodada utilizou-se o relatório diário de atendimentos para manutenção da iluminação pública do Departamento de Energia de Ijuí – Demei no período de janeiro de 2018 a setembro de 2019. O relatório informa todos os serviços realizados no dia, indicando a quilometragem percorrida, conforme relatório sintético constante no anexo 6. A quilometragem adotada consiste na média da quilometragem realizada por serviço para o período analisado.

DESPESAS INDIRETAS: Consiste na composição das despesas indiretas do serviço, contemplando o lucro e os custos referentes a despesas administrativas e seguros, riscos e garantia. Todos os coeficientes foram adotados em conformidade com as orientações técnicas para os serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares, elaboradas pelo TCE.

TRIBUTOS: Consiste na aplicação dos impostos incidentes sobre a execução do serviço. Como a carga tributária pode variar de acordo com o enquadramento da empresa executora adotou-se a seguinte incidência de tributos: ISS, PIS e COFINS, com alíquotas de 2,0%, 0,65% e 3,0% respectivamente.

VALOR DO PONTO DE SERVIÇO: Após a quantificação de todos os itens descritos acima obtém-se o custo mensal do serviço, considerando a equipe trabalhando exclusivamente no serviço de manutenção da iluminação pública. Para a obtenção do valor unitário do ponto de atendimento utilizou-se o conceito de produtividade mensal da equipe, ou seja, a quantidade média de atendimentos que uma equipe é capaz de realizar em um mês. Para a obtenção desse índice utilizou-se o relatório diário de atendimentos para manutenção da iluminação pública do Departamento de Energia de Ijuí – Demei no período de janeiro de 2018 a setembro de 2019. O relatório informa todas os serviços realizados no dia, indicando o tempo total gasto para cada serviço, já incluso o tempo de deslocamento. O tempo médio de cada serviço consiste na média do tempo gasto por serviço para o período analisado. Com o índice de produtividade estimou-se a quantidade média mensal de serviços realizadas pela equipe.

O valor do ponto foi então calculado pela divisão do somatório dos custos mensais pela quantidade de pontos realizados no mês.



Anexo 1 - Detalhamento dos Encargos Sociais

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE O SALÁRIO MÊS - PADRÃO					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D
A	GRUPO A				
A1	INSS	20,00%			
A2	SESI	1,50%			
A3	SENAI	1,00%			
A4	INCRA	0,20%			
A5	SEBRAE	0,60%			
A6	Salário Educação	2,50%			
A7	Seguro Contra Acidentes Trabalho	3,00%			
A8	FGTS	8,00%			
A9	SECONCI	1,00%			
B	GRUPO B				
B1	Repouso Semanal Remunerado		Não incidente		
B2	Feriados		Não incidente		
B3	Auxílio-Enfermidade		0,71%		
B4	13º Salário		8,33%		
B5	Licença Paternidade		0,06%		
B6	Faltas Justificadas		0,56%		
B7	Dias de Chuvas		Não incidente		
B8	Auxílio Acidente de Trabalho		0,09%		
B9	Férias Gozadas		6,51%		
B10	Salário Maternidade		0,02%		
C	GRUPO C				
C1	Aviso Prévio Indenizado			3,98%	
C2	Aviso Prévio Trabalhado			0,09%	
C3	Férias Indenizadas+1/3			3,58%	
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa			3,71%	
C5	Indenização Adicional			0,34 %	
D	GRUPO D				
D1	Reincidência de A sobre B				6,15%
D2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado + Reincidência de FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado				0,35%
SUBTOTAIS (GERAL)		37,80%	16,28%	11,70%	6,50%
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS SOBRE O SALÁRIO MÊS				72,28%	

Fonte: SINAPI - Metodologias e Conceitos, Julho/2019.

Anexo 2 - EPI para Eletricista

Item	EPI	Origem de Preço	Custo Unitário (R\$)	Vida Útil (dias)	Vida Útil (Horas Trabalhadas)	Coeficiente Utilização	Custo Horário (R\$/h)	Custo Mensal (R\$/mês)
1	Botas de couro cano curto	SINAPI	55,38	90	565,71	100%	0,1027	19,3723
2	Capa impermeável	SINAPI	15,00	60	377,14	20%	0,0083	1,5737
3	Capacete	SINAPI	11,54	360	2262,86	100%	0,0054	1,0090
4	Cinto de segurança tipo paraquedista	SINAPI	55,38	180	1131,43	20%	0,0103	1,9372
5	Creme de proteção solar FPS 30 (4L)	SINAPI	196,13	130	817,14	50%	0,1259	23,7503
6	Luva de Alta Tensão	SINAPI	301,71	360	2262,86	50%	0,0692	13,0545
7	Luvas de borracha - látex - cano curto	Cotação	5,72	2	14,67	30%	0,1170	22,0627
8	Luvas de raspa cano curto	SINAPI	10,38	10	73,33	70%	0,1040	19,6109
9	Óculos contra impacto	SINAPI	4,50	60	377,14	100%	0,0125	2,3596
10	Protetor auricular	SINAPI	1,73	20	146,67	60%	0,0074	1,3984
11	Protetor facial de acrílico	Cotação	26,29	60	377,14	50%	0,0349	6,5725
12	Respirador descartável sem válvula	SINAPI	1,29	1	7,33	20%	0,0369	6,9527
13	Talabarte	SINAPI	154,30	90	565,71	20%	0,0573	10,7960
14	Trava quedas	SINAPI	135,56	90	565,71	20%	0,0503	9,4844
15	Uniforme comum	Cotação	220,00	180	1131,43	100%	0,1944	36,6664
Total							0,94	176,60

Fonte: Kit de EPI para a Família de Eletricista - SINAPI - Metodologias e Conceitos, Julho/2019.

Anexo 3 - EPI para a Motorista

Item	EPI	Origem de Preço	Custo Unitário (R\$)	Vida Útil (dias)	Vida Útil (Horas Trabalhadas)	Coeficiente Utilização	Custo Horário (R\$/h)	Custo Mensal (R\$/mês)
1	Abafador de ruídos	SINAPI	24,82	90	565,71	50%	0,0219	4,1361
2	Botas de couro cano curto	SINAPI	58,12	90	565,71	100%	0,1027	19,3723
3	Capa impermeável	SINAPI	15,74	60	377,14	20%	0,0083	1,5737
4	Capacete	SINAPI	12,11	360	2262,86	100%	0,0054	1,0090
5	Creme de proteção solar FPS 30 (4L)	SINAPI	205,84	130	817,14	50%	0,1259	23,7503
6	Luvas de raspa cano curto	SINAPI	10,90	10	73,33	100%	0,1486	28,0155
7	Óculos contra impacto	SINAPI	4,72	60	377,14	50%	0,0063	1,1798
8	Protetor auricular	SINAPI	1,81	20	146,67	30%	0,0037	0,6992
9	Respirador descartável sem válvula	SINAPI	1,35	1	7,33	20%	0,0369	6,9527
10	Uniforme comum	Cotação	220,00	180	1131,43	100%	0,1944	36,6664
Total							0,65	123,35

Fonte: Kit de EPI para a Família de Operador de Escavadeira - SINAPI - Metodologias e Conceitos, Julho/2019.

Handwritten signature and initials.

Anexo 4 - Ferramentas para Eletricista

Item	Ferramentas	Origem de Preço	Custo Unitário (R\$)	Vida Útil (dias)	Vida Útil Horas Trabalhadas	Coefficiente Utilização	Custo Horário (R\$/h)	Custo Mensal (R\$/mês)
1	Alicate amperímetro	Cotação	102,9	360	2262,86	20%	0,0091	1,7150
2	Alicate Climador	Cotação	52,99	180	1131,43	30%	0,0141	2,6495
3	Alicate de Bico Longo de 6"	Cotação	17,56	180	1131,43	30%	0,0047	0,8780
4	Alicate de pressão 11"	SINAPI	54,81	180	1131,43	30%	0,0145	2,7405
5	Alicate diagonal para corte rente 6"	SINAPI	33,2	180	1131,43	30%	0,0088	1,6600
6	Alicate Profissional 8"	Cotação	25,9	180	1131,43	30%	0,0069	1,2950
7	Arco de serra	Cotação	33,35	90	565,71	20%	0,0118	2,2233
8	Bolsa de lona para ferramentas	SINAPI	148,36	180	1131,43	100%	0,1311	24,7273
9	Chave inglesa 6"	Cotação	24,9	180	1131,43	30%	0,0066	1,2450
10	Decapador de fio	Cotação	80,35	180	1131,43	30%	0,0213	4,0175
11	Detector de tensão	Cotação	65,25	360	2262,86	20%	0,0058	1,0875
12	Escada de abrir, com 2 x 8 degraus (2,40m), em duralumínio	SINAPI	223,54	180	1131,43	50%	0,0988	18,6284
13	Estilete 18 mm	SINAPI	14,77	30	188,57	30%	0,0235	4,4296
14	Ferro de solda	Cotação	24,74	180	1131,43	20%	0,0044	0,8245
15	Furadeira de impacto 1/2" - 600W	Cotação	239,9	720	4525,71	20%	0,0106	1,9992
16	Jogo de chave allen	Cotação	31,9	180	1131,43	30%	0,0085	1,5950
17	Jogo de serra copo	Cotação	41,9	180	1131,43	20%	0,0074	1,3967
18	Kit Chave de Fenda e Phillips	Cotação	104,85	360	2262,86	40%	0,0185	3,4950
19	Lima quadrada 8"	Cotação	20,9	180	1131,43	30%	0,0055	1,0450
20	Lima redonda 8	Cotação	24,9	180	1131,43	30%	0,0066	1,2450
21	Lixadeira elétrica	SINAPI	672,91	360	2262,86	30%	0,0892	16,8226
22	Martelo de borracha preto 450 g	Cotação	18,18	180	1131,43	20%	0,0032	0,6060
23	Ponteiro aço liso 3/4" x 10"	Cotação	17,95	30	188,57	20%	0,0190	3,5900
24	Talhadeira aço chato 10"	Cotação	13,29	30	188,57	20%	0,0141	2,6580
25	Trena	Cotação	16,46	360	2262,86	50%	0,0036	0,6858
Total							0,55	103,26

Fonte: Kit de Ferramentas para a Família de Eletricista - SINAPI - Metodologias e Conceitos, Julho/2019.

Anexo 5 - Equipamentos de Proteção Coletiva

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT./MÊS	PREÇO	SUB TOTAL	TOTAL
Cone de sinalização - 75cm - ABNT	unid.	5/6	R\$ 136,00	113,33	113,33
Escada em fibra de vidro 9m	unid.	1/12	R\$ 2.725,00	227,08	227,08
Cobertura tipo lençol - 330mm x 800mm = 1/12	unid.	1/12	R\$ 600,00	50,00	50,00
Vara de manobra telescópica	unid.	1/12	R\$ 930,90	77,58	77,58
Tapete isolante	unid.	1/12	R\$ 930,00	77,50	77,50
Total EPC'S					545,49

Fonte: Orçamentos EPI's Prottege/SMODUTRAN